


*Francisco Fernando da Encarnação Dias*  
*J. M. Monteiro Mendes Gomes*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 8

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Junho sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e

 *F. Silva*  
2.  
*J. M. F. Silva*

Ester da Conceição Rocha Martins.

Pelas 21,15 Horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, ✓ Fernando Augusto de Oliveira, ✓ Manuel Branco Pontes, ✓ João Tavares Duarte, ✓ Armando Manuel Dinis Vieira, ✓ Victor Manuel da Silva Martins, ✓ Libério da Silva Santos, ✓ Manuel Pereira Cabral Monteiro, ✓ Jorge Manuel do Nascimento, ✓ Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, ✓ Arlindo de Macedo Bastos ✓ e João Manuel Caniço de Seiça Neves.

Seguidamente o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Fernando Augusto de Oliveira e Manuel Simões Madail, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra o Presidente, informou que se seguiria o período Regimental de antes da ordem do dia.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No uso da palavra o Vogal Porfírio de Carvalho e Silva, deu nota do descontentamento manifestado pela população da freguesia de Nã Snrã de Fátima, face às expropriações de terrenos de que têm sido alvo, resultantes do traçado da variante 235 - 335.

Referiu que a própria Imprensa diária aborda o problema e dá a notícia de que um grupo de populares cortou a E.N.235, para fazer valer os seus pontos de vista. E, é a propósito do conteúdo desta notícia, que pretende fazer alguns esclarecimentos nomeadamente quanto ao facto de a mesma referir que o Presidente da Junta de Freguesia de Nã Snrã de Fátima, se manifestou públicamente contra as pretensões dos proprietários afec-

tados pelo traçado em causa. Prosseguindo, salientou que tal facto não corresponde mínimamente à verdade, pois as declarações proferidas no próprio local por este autarca contrariam frontalmente o conteúdo da notícia então vinda à estampa, e que são precisamente no sentido de apoiar os manifestantes na sua luta por uma valorização mais razoável dos terrenos afectados ao traçado, uma vez que se trata de solos agrícolas de primeiríssima qualidade. Salientou ainda que sempre que este tipo de problemas se têm deparado naquela freguesia e quando tratados a nível oficial, tem pugnado sempre por um valor justo dos terrenos a expropriar.

Disse ainda publicamente que apoiou e apoia que a Variante não se sobreponha à E.N. 235, junto à Igreja de Nã Srã de Fátima e explica porquê - não defende interesses particulares, sublinhou - defende unicamente os interesses públicos da Freguesia e a unidade da mesma; considerando que se tal sobreposição vier acontecer afectará não só os residentes locais, como também porá em causa a própria unidade da Freguesia. Prosseguindo, fez um apelo à Comunicação Social para que sejam imparciais no tratamento das notícias, de maneira a que estas traduzam o mais possível a realidade dos factos, não induzindo assim as pessoas a uma avaliação errada daquilo que na realidade se passa.

Referiu também que posteriormente a estes acontecimentos, teve lugar uma reunião no Governo Civil com o Vice-Presidente da Junta Autónoma de Estradas, um representante da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Nã Srã de Fátima, bem como representantes da parte manifestante, tendo-se chegado a uma solução de compromisso: - a J.A.E., comprometeu-se a construir pontões onde eventualmente os caminhos tenham que ser cortados e comprometeu-se também a pagar aos proprietários, o valor real dos terrenos a expropriar. Assim, foi possível chegar a um entendimento, considerando o procedimento adoptado a forma mais viável e mais pacífica de resolver o assunto, disse a terminar.

Neste momento entraram na Sala os Vogais Olinto Ravara e Rogério Madail da Silva.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Fernando dos Santos Silva, para fazer referência às insuficientes condições de funcionamento do Posto Médico de Esgueira, pois considera-o incapaz de dar uma resposta cabal às solicitações de uma freguesia com a dimensão da de Esgueira, apelando para a resolu-

*J. Ferreira*

*J. Ferreira* 4.

ção a médio prazo deste problema. Levantou ainda questões relacionadas com o estacionamento automóvel, junto ao Largo da P.S. P., e que se prendem fundamentalmente com a ordenação dos veículos aí estacionados e com a necessidade de se proceder à colocação de marcos balizadores, como referência para a entrada e saída de veículos daquele local.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que começou por fazer uma chamada de atenção à Mesa para que providencie no sentido de que as Actas das reuniões da Câmara Municipal, fiquem ao dispôr das bancadas representadas nesta Assembleia.

Continuando no uso da palavra e referindo-se ao Centro de Saúde de Esgueira, disse ter vindo a público que a Divisão Regional de Saúde de Aveiro, tem possibilidades de fazer entrar em P.I.D.A.C., a construção de dois novos Centros de Saúde, em Aveiro, concretamente um em Aveiro e o outro em Esgueira, se para tanto a Câmara Municipal disponibilizar os terrenos para o efeito. Pretendeu saber se existe já alguma intervenção à cerca deste assunto e qual a posição manifestada pela Câmara no sentido de disponibilizar o espaço necessário. Relativamente aos problemas ecológicos que afectam a Ria de Aveiro, disse também ser do conhecimento público que tem havido diversos contactos entre os Municípios das zonas ribeirinhas da Região de Aveiro, no sentido de tratarem aspectos ligados à defesa da Ria e de tudo aquilo que a circunda; pretendendo esclarecimentos sobre se já foram tomadas medidas tendentes a minorar os males de que a Ria sofre, bem como quanto aos métodos que se preconizam para tornar esse combate eficaz.

Relativamente à variante de Mamodeiro, pretendeu saber quais as razões que motivaram a alteração do traçado inicial.

Finalmente e relativamente ao Plano de Actividades, considerou que começa a ser preocupante que passado meio ano de actividade camarária, não se vejam andar objectivos apontados no Plano, nomeadamente Biblioteca Municipal, cuja verba afecta era de 134 mil contos e não se vê que a obra esteja a avançar, o mesmo se passa com os Edifícios Escolares, que estão previstos em Plano e em todos os graus de ensino (excepto Universitário), também não se vê, bem como a viação rural.

Alertou ainda para a necessidade de se arranjar um espaço, destinado a Parque de Campismo, dado que a cidade

*Handwritten signature*

5.

*Handwritten signature*

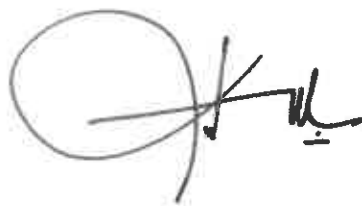
carece desta infraestrutura.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Celso Gomes, que começou por referir que foi formalizada ainda há bem pouco tempo a Associação dos Municípios da Ria de Aveiro, a qual considerou ser desde há muito uma aspiração dos Municípios ribeirinhos. Prosseguindo, salientou que tal ficou bem claro, aquando das Jornadas da Ria de Aveiro, em 85, constando das conclusões dessas Jornadas a necessidade de se constituir uma Associação de Municípios, dado que a mesma irá pugnar concertemente pela coordenação de assuntos de interesse comum aos Municípios, exercerá também ao mesmo tempo uma acção organizada, sensibilizadora e até por vezes persuasiva, junto dos órgãos da Administração Central no sentido de fazer valer os interesses desta região ribeirinha. Considera também a zona da Ria de Aveiro, uma zona extremamente sensível e única no país, os Municípios distribuem-se em continuidade ou quase em continuidade, havendo portanto uma série de problemas e interesses comuns. Referiu também ser do conhecimento geral a existência de uma série de entidades que de certo modo, têm superintendência sobre a Ria de Aveiro, por vezes com competências que se sobrepõem, resultando de tal facto, que hoje os Municípios são talvez neste momento aqueles que menor papel têm em relação à Ria de Aveiro.

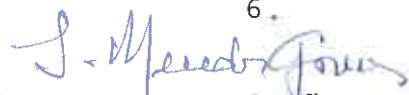
Assim, e a terminar, disse presumir que a constituição desta Associação de Municípios da Ria, poderá ter e desempenhar um papel importante nesse esclarecimento de situações, e nesse sentido a bancada Socialista congratula-se com a formação desta Associação, aguardando-se portanto os melhores resultados da sua actuação.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para se referir à projectada construção do Pavilhão do Clube dos Galitos e solicitar esclarecimentos ao Executivo Municipal, sobre o ponto da situação neste momento em matéria de projecto e de localização.

Deu nota também de algumas deficiências referentes ao abastecimento de água, dado que em determinadas horas do dia não se consegue ter água ao nível do primeiro andar o que origina bastantes incómodos às pessoas como é óbvio; salientou também que é do conhecimento desta Assembleia que existem dificuldades no abastecimento de água, sabe-se que está projectado há muitos anos o abastecimento de água através da Associação



6.



ciação de Municípios do Carvoeiro, porém e enquanto tal não se concretiza, torna-se necessário arranjar soluções para o problema e é portanto nesta linha que pretende esclarecimentos acerca das medidas preconizadas para solucionar a falta de água que hoje se faz sentir.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, para se referir ao problema suscitado pelo traçado da via que liga Mamodeiro/Aveiro. Começou por lastimar que em Aveiro, bem como noutras localidades do País, se institucionalize a arruaça, se interrompa estradas públicas, se altere a ordem pública normal do País, para se reivindicar seja o que for, alegando-se como desculpa para este comportamento, o desespero das populações afectadas nos seus legítimos direitos etc., recorrendo áquilo a que a Democracia, a Justiça, a lei e a organização normal dos estados há muito tempo proibiu - que é a Justiça por mãos próprias. Lamenta assim, que não se tenham erguido vozes a condenar este tipo de procedimento (interrupção da via pública), legitimando-se conseqüentemente o tipo de comportamento tomado; e aquilo que anteriormente não se resolveu à Mesa das negociações, é resolvido agora a toda a pressa, considerando portanto muito grave esta maneira de encarar os problemas e que não pode deixar de condenar.

Abordando seguidamente outro assunto, o qual se prende com a projectada construção de um grande Pavilhão de Exposições para Aveiro, concretamente a Exponor 2, e que o Snr. Presidente da Câmara, em tempo, informou que o mesmo já não viria para Aveiro, disse poder confirmar que neste momento o assunto ainda não está definitivamente posto de lado que o referido Centro não venha para Aveiro; e isto porque, segundo o Vogal, no dia seguinte às declarações do Snr. Presidente da Câmara, estive pessoalmente na cidade do Porto, no centro onde se tomam as decisões e duas pessoas que fazem parte do grupo restrito que toma as decisões, garantiu-me que o assunto ainda não estava definitivamente encerrado. Esclareceu no entanto que há quem se incline mais para que o referido centro venha a ser implantado na zona de Ovar, salientou porém, que Aveiro está na corrida e de facto nada foi decidido quanto à definição do local. Por último referiu, que se a Exponor 2 não for implantada em Aveiro, não será por razões de ordem política/partidária, destacando ainda que anda a mover todas as influências para que a mesma

7.  
J. M. Mendes

seja implantado em Aveiro, dado que se trata de um projecto que é da A.I.D.A. e que foi este organismo que inicialmente propôs à Câmara a construção do referido centro de exposições.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal João Peixinha, que começou por intervir no âmbito da colocação de cabines telefónicas, bem como no que se refere à colocação de abrigos dos S.T.U.A., na cidade. Salientou que não é contra a colocação deste mobiliário urbano, no entanto referiu que não se pode admitir que se abram buracos para proceder à colocação deste material e posteriormente não se efectue a recolocação do pavimento; de acordo com este Vogal, este tipo de anomalias verifica-se em vários pontos da cidade, devendo a Câmara tomar medidas para que tal não continue a acontecer. Continuando no uso da palavra, perguntou porque é que ainda não foi distribuído o Plano de Actividades para 1990, aos elementos desta Assembleia, dado que a maior parte dos elementos que a constituem são novos e como tal não tiveram acesso ao respectivo Plano, entendendo pois que o mesmo deve ser distribuído.

Referindo-se seguidamente ao desvio da estrada da Gafanha, que liga às trazeiras do Pavilhão do Beira-Mar, disse não existir qualquer tipo de sinalização a indicar a existência da estrada e o mais grave é que quando se chega à ligação da estrada que conduz às trazeiras do Pavilhão do Beira-Mar, não há nenhuma seta que indique o trânsito, tendo podido constatar que há indivíduos que chegam lá e viram à esquerda, o que é extremamente grave atendendo a que daqui a poucos dias aquela estrada irá ter muito movimento.

Outro caso também já abordado em tempo e que foi prometido concretizar-se, prende-se com o arranjo do Lago do Parque Municipal, e que se constata que não sofreu qualquer alteração, está-se a chegar ao Verão e não se vêem medidas que possam modificar um pouco a fisionomia do Parque, manifestando o desejo de que o Snr. Presidente concretizasse o prometido.

A terminar e referindo-se à Mesa da Assembleia, disse ter ficado bastante chocado quando há dias pediu para falar e lhe foi vedada a palavra; o Snr. Presidente da Mesa garantiu que o tempo se tinha esgotado, salientou no entanto que nas duas últimas sessões, esteve muito quietinho e a tomar os seus apontamentos para que hoje pudesse falar nesta Assembleia sobre este caso com dados concretos. Considerou que da outra vez

8.  
J. M. Mendes Gomes

quando o Snr. Presidente da Mesa não deixou falar após a intervenção do Snr. Vereador do Desporto, <sup>disse</sup> achar que não é um critério que está a ser adoptado nesta casa", conseqüentemente pediu ao Snr. Presidente da Mesa e à Mesa da Assembleia que no futuro, possa haver uma maior isenção, dado que segundo este Vogal, ainda não viu noutra sessão qualquer, que fosse retirada a palavra, fosse a quem fosse, excepto a ele próprio.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, mas dada a complexidade do assunto que pretende abordar, solicitou ao Presidente da Mesa, para transferir a sua inscrição para último lugar.

Consultada a Mesa esta não viu qualquer inconveniente na pretensão solicitada, pelo que deferiu o pedido.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Manuel António Coimbra, que aproveitou o facto de ter tido lugar recentemente em Aveiro, um encontro sobre Saneamento Básico, considerou que a realização deste encontro, veio mostrar que há preocupação dos Aveirenses, no que respeita aos problemas de Saneamento Básico, há preocupação dos Técnicos, que tudo indica que os há em quantidade e qualidade, referindo que aproveitou o evento para se documentar relativamente a alguns dados que respeitavam ao concelho de Aveiro, na área do saneamento e do abastecimento de águas. Assim em termos de taxas de saneamento 46% da população do concelho de Aveiro está servida de saneamento, no entanto considerou que este valor por si só nada diz; o problema levanta-se quando o informam que a nível Nacional 52% da população tem saneamento, ou seja Aveiro está abaixo 6%, o que lhe pareceu um pouco absurdo, para uma cidade que se diz em franca expansão. Relativamente à água, foi-lhe fornecida a seguinte taxa - 65% da população Portuguesa é servida de água, o que significa que 35% da população de Aveiro, num concelho virado para a Europa, é deficitária naquela percentagem em água potável.

Prosseguindo e no que se refere a trabalhos com a colocação de tubagem para águas e saneamento, chamou atenção para que tais trabalhos sejam projectados de molde a evitar o constante esburacar dos pavimentos. Ainda no campo do saneamento alertou para a necessidade de se começar a pensar já na construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes, para a Zona Industrial de Mamodeiro.

A terminar e relativamente à criação dos





9.



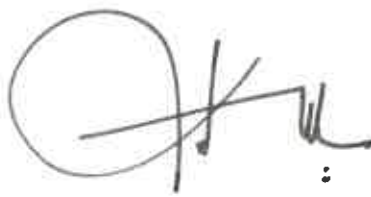
Municípios da Ria, considerou bom que os mesmos se tenham agrupado com vista à resolução dos seus interesses, entendendo ao mesmo tempo que Aveiro, deveria tomar a liderança dessa Associação, como capital de distrito que é.

Seguidamente usou da palavra a Vogal Ester Martins, para dar nota do esforço que a Escola Secundária de Esgueira, tem vindo a fazer no sentido de conseguir um espaço coberto para a prática da Educação Física. Os Conselhos Directivos das duas Escolas (Ciclo e Secundária), já reuniram, os Professores de Educação Física também e todos em conjunto estão a tentar encontrar uma solução, que salientou, não se afigura fácil e é precisamente por isso que levanta o problema aqui nesta Assembleia, para que a Câmara Municipal dê também o seu apoio no sentido de se conseguir realizar esta aspiração, pois reputou de importante a existência de uma área coberta que sirva as duas Escolas, onde os alunos possam de facto praticar a educação física.

A terminar abordou ainda problemas relacionados com a limpeza da cidade, considerando que este aspecto deve merecer uma melhor atenção por parte da autarquia.

Seguidamente usou da palavra o Vogal José Luís Christo, para no âmbito da questão que se prende com a interrupção da estrada de Mamodeiro, reprovar o tipo de acção usada, contra decisões tomadas pelas administrações. Prosseguindo, disse reprovar também e principalmente as causas que motivaram o tipo de comportamento manifestado pelas populações, face a determinadas directrizes dimanadas dos órgãos da administração e que assentam no facto de haver uma descordenação reprovável entre muitos dos Serviços Administrativos, do Poder Central e Local.

Seguidamente e referindo-se ao G.R.I.A. - Gabinete da Ria de Aveiro, começou por lamentar que afazeres profissionais o tivessem impedido de assistir às reuniões levadas a cabo por este Gabinete, na Universidade de Aveiro; no entanto referiu que teve oportunidade de se pôr ao corrente dos problemas ali tratados através da informação veiculada pela imprensa diária; porém algumas coisas sobre as quais a imprensa deu notícia preocuparam este Vogal, na medida em que segundo refere deixam transparecer uma certa malcrença, uma certa falta de ligação entre o G.R.I.A. e a Câmara Municipal de Aveiro, através das afirmações de alguns responsáveis.



10.  
J. Mendonça

Salientando que uma das coisas que o preocupa, é a afirmação de que, e reportando-se à imprensa diária - eventuais Fundos Comunitários, poderiam rapidamente ser desmobilizados para a realização de projectos, correndo no entanto o risco de se perderem. Outra afirmação feita, é a de que já existem projectos, e que contudo falta a vontade política para os pôr em prática. Porém e tanto quanto sabe, esses projectos não existem, o que existe de facto são planos, referiu o Vogal. Por tal facto, disse pretender esclarecimentos sobre se efectivamente já existem projectos das Estações de Tratamento dos Colectores e qual o perigo que há de se perderem os financiamentos, que segundo parece, estariam à disposição para a realização desses projectos.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Fernando Tavares Marques, para chamar atenção da Comissão de Trânsito, para a necessidade de se tomarem medidas adequadas no sentido de permitir uma maior fluidez de trânsito na zona do cruzamento do Parque.

A terminar apelou ao executivo no sentido de se tomarem medidas tendentes à remoção de viaturas degradadas em locais de passagem obrigatória da maioria das pessoas e que não dignificam de modo nenhum a cidade, é o caso por exemplo das Trazeiras do Palácio da Justiça, Largo da P.S.P., próximo da Escola Primária da Glória e Largo de Santo António, junto à P.J.. Sugeriu como hipótese para a solução do problema o espaço nas instalações do antigo B.I.A..

Usou seguidamente da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para levantar a seguinte questão: " - em 1969, um residente de Eixo, chamado Manuel Pereira Valente, adquiriu uma residência na zona do Monte de Eixo; essa residência confina da parte da frente com uma zona que foi sempre atribuída à Feira dos 3, onde se fazia o comércio sem oposição de ninguém. O referido senhor tem quatro filhos, um dos quais é funcionário da C.P.C. e que por ter praticado actos reprováveis, foi condenado, encontrando-se neste momento a cumprir prisão. Prosseguindo, referiu que o Snr. Valente, se deslocou à Junta de Eixo, para solicitar um atestado de insuficiência económica para suportar os custos da acção em Tribunal, o qual lhe foi negado, porquanto o filho tinha um ordenado acima da média, por outro lado exhibia também sinais exteriores de riqueza. O litígio entre o referido senhor

e a Junta de eixo, começou nesta altura. O Snr. Valente, começou por hostilizar a Junta; no Monte de Eixo, fez um depósito de aterro, em terreno público; instado pela Junta a remover o aterro, deu cumprimento a esta solicitação, contudo ao executar este trabalho, derrubou um muro pertencente à Junta, numa extensão de trinta metros. Convidado a vir à Junta para resolver o problema, negou-se a assinar o aviso dos CTT, passado pouco tempo a Junta deparou com o Snr. Valente, a abrir alicerces em frente à sua residência, ocupando um espaço público. Os Serviços de Fiscalização da Câmara, tomaram conhecimento e deslocaram-se ao local, autuando o prevaricador; no entanto este nunca cumpriu o mandado de demolição, continuando o trabalho até à conclusão definitiva do muro. A Junta notificou-o novamente, alertando-o para a irregularidade da situação. O assunto foi deliberado na Câmara em 20.03.89, por unanimidade, no sentido do referido senhor demolir o muro. O senhor Valente não cumpriu a ordem. Passado algum tempo a Junta volta a dar conhecimento à Câmara, de que a situação se mantinha e que estava a originar prejuízos ao prestígio da própria autarquia. Em 18.09.89, a Câmara volta a deliberar, para que o Snr. Valente, proceda à demolição do muro. Chegou a ser requisitada a autoridade. Nas vésperas das eleições o Snr. Vereador Vitor Silva, notificou os Serviços de Fiscalização para não cumprirem a ordem, para deixar passar para depois das eleições. Disse entender isto como uma medida de paz social e aceitou, atendendo ao período que se atravessava; só que nunca mais se deu cumprimento ao mandado; e o mais caricato de tudo é que há uma terceira deliberação de Câmara que anula as duas anteriores, remetendo para o foro dos Tribunais a resolução do assunto.

Seguidamente leu um parecer jurídico, elaborado por dois advogados, o qual emite parecer contrário à tomada pela Câmara, referindo que esta não está impedida de aplicar sanções ao caso em apreço.

A terminar, solicitou esclarecimentos sobre quais as razões que motivaram a anulação de duas deliberações de Câmara anteriores".

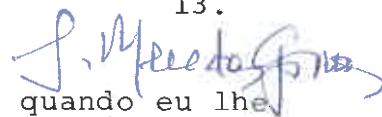
Seguidamente e antes de dar a palavra ao Executivo Municipal, o Presidente da Mesa, Encarnação Dias, usou da palavra para informar o Vogal Ferreira da Silva que as Actas das reuniões da Câmara Municipal, estão a ser enviadas aos porta vozes de cada Partido, concretamente ao Dr. Mangerão, Dr. José Luís Christo, Custódio Ramos e Dr. Seíça Neves, com o pedido de as fazerem circular pelos restantes membros que compõem cada bancada.

Relativamente ao Plano de Actividades que o Vogal João Peixinha, solicitou, informou que foram entregues aos anteriores membros da Assembleia os respectivos documentos, no entanto referiu que se este Vogal tiver necessidade de algum exemplar, só terá que o solicitar aos Serviços administrativos.

Seguidamente e abordando o facto de o Vogal João Peixinha se queixar que o Presidente da Mesa, lhe retirou o uso da palavra em sessões anteriores, começou por referir o seguinte: - "o Senhor é novo nestas andanças e eu tenho obrigação de lhe dar uns conselhos, pois ando aqui há muitos anos; a metodologia usada pertence exactamente à Mesa e a Mesa tem como suporte da sua actuação, uma coisa que se chama "Regimento", enquanto não tiver outro "Regimento", estamos a actuar dentro do quadro do velho "Regimento" - uma falha qualquer dos elementos da Mesa pode ter, bem como qualquer membro desta Assembleia... pode acontecer! e já tem acontecido aqui muitas vezes a minha própria bancada queixar-se que eu lhe retirava a palavra, porque efectivamente na contagem do tempo, sempre que houver necessidade, mais segundo, menos segundo, pois é evidente que isso é concedido! mas há uma coisa para quem administra o tempo e para quem dirige uma Assembleia! tem que ser criterioso; é que por vezes se se dá sempre a palavra, estamos aqui a noite inteira sem resolver coisa nenhuma. E é precisamente por isso, que existe um "regimento", que faz as limitações, que impõe regras que têm que ser cumpridas. Pode ter acontecido qualquer falha..., no entanto eu compreendo e o Snr. João Peixinha não sei se sabe que cada palavra tem o seu peso e a sua força e quando diz à Mesa, ou mais propriamente ao seu Presidente que não procedeu com isenção, o Sr. sem talvez querer dizer o que está a dizer, talvez que as palavras lhe atraíçõem o pensamento, o Sr. está a chamar desonesto ao Presidente da Assembleia e desonesto à Mesa; e isso eu quero-lhe dizer, que quer como Presidente, quer



13.



pessoalmente, não lhe aceito nem lhe admito! e quando eu lhe fiz um reparo no outro dia, sobre isenção e que lhe disse "porque o Sr. conhece-me", devo dizer que estava enganado, porque julgava que o Sr. me conhecia, afinal não me conhece! isto encerra aqui, o Sr. disse que eu não era isento e isso de maneira alguma eu posso sequer aceitar!

Fique com este recado, e leva um bom recado porque realmente eu perdou-o-lhe, porque talvez o Sr. não quisesse dizer aquilo que efectivamente disse".

Usou seguidamente da palavra o Snr. Presidente da Câmara, que começou por referir que foram levantadas questões importantes relativas à gestão Municipal, congratulou-se com o facto dado que, nem sempre isto acontece, pois por vezes as intervenções ficam-se por questões acessórias, sem tocarem os grandes problemas de fundo.

Salientou que iria tentar responder o mais rapidamente possível às questões levantadas, dado que o tempo escasseia e poder-se-ia estar horas intermináveis a falar sobre as questões aqui levantadas.

Assim, e começando por se referir à variante 235, questão colocada pelo Presidente da Junta de Nã Srã de Fátima, disse solidarizar-se também com as afirmações do Vogal Vitor Mangerão, pois não aceita que aquela seja a forma de resolver problemas - no concelho de Aveiro, nunca tinha acontecido uma situação do género, pois nunca tínhamos tido um corte de estrada; aconteceu desta vez e numa zona do concelho particularmente difícil. Lamentou o facto, mas tem esperança que o problema se resolva pacificamente. Contudo, salientou que a Câmara tem sido muito prudente nesta questão polémica, que ultrapassa a própria Câmara, no entanto é do conhecimento da mesma e sobre a qual a Câmara tem algumas ideias bem definidas, bem claras. Salientou que não foi a Câmara nem o partido que está representado na Câmara que partidarizou este problema, alguém o fez, semeou ventos - colheu tempestades, e elas aí estão! porém referiu que a Câmara irá enviar esforços no sentido de ajudar a solucionar o problema, usando de bom senso, civismo, encarando os problemas como de facto eles são, as dificuldades que os mesmos têm, as razões que as pessoas têm etc..



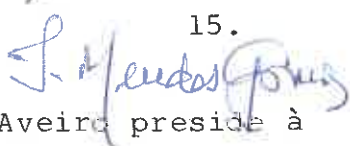
Relativamente ao Posto Médico de Esgueira e ao facto de poderem ser incluídos em PIDAC, dois Centros de Saú-

*JK* *Aveiro*

*J. M. Fernandes Gomes*

de, o Presidente da Câmara, aproveitou para lembrar que a Câmara de Aveiro teve a coragem de há sete anos adquirir um edifício em Esgueira, que estava em construção para instalar o Centro de Saúde de Esgueira. Durante cinco anos o edifício esteve fechado, à espera que administração central, decidisse como tinha prometido, implantar um Centro de Saúde em Esgueira. Entretanto e a dada altura, o Governo informou a Câmara de que a política de Saúde, tinha mudado e como tal já não era necessário um Centro de Saúde em Esgueira. Face à nova situação a Câmara afectou o referido edifício a outros fins, instalou lá o Centro de Acolhimento de Jovens e a delegação do C.O.A.S.; no entanto e após três meses decorridos e de se ter dado um destino diferente ao edifício, vêm-nos dizer que a política de Saúde no país, voltou a mudar e solicitam consequentemente um espaço disponível para o efeito ou um edifício que possa ser adaptado ao fim em vista. Considerou estranho todas estas mutações, no entanto referiu que a Câmara não recusa este desafio, uma vez que a nova política de Saúde é esta e como tal a Câmara de Aveiro procurará colaborar na solução do problema.

Referindo-se seguidamente à problemática relacionada com a criação dos Municípios da Ria, salientou que o Vogal Celso Gomes, aquando da sua passagem como Vereador pela Câmara de Aveiro, foi dos membros da Câmara que teve a responsabilidade quase exclusiva, com o apoio da Câmara, de organizar aquilo que foi chamado de "Jornadas da Ria", de que resultaram três volumes, os quais diagnosticaram a situação da Ria, ao tempo. Estas Jornadas, visavam fundamentalmente criar imediatamente a Associação dos Municípios da Ria; porém e infelizmente, na altura não foi possível fazer a Associação dos Municípios da Ria por várias razões de ordem política e entretanto perderam-se seis sete anos com este impasse. Destacou no entanto que a Câmara de Aveiro, manteve sempre em conversações com os responsáveis dos Municípios vizinhos que era imperioso tratar de uma forma integrada o problema do saneamento, bem como da gestão da água; entretanto vieram os Fundos Comunitários e finalmente com o novo programa ENVIREG, a situação alterou-se radicalmente na medida em que agora já todos querem a Associação de Municípios. De facto a Associação de Municípios está lançada, foi criada uma Comissão instaladora, foram publicados os

   
15.  


Estatutos no Diário da República, a Câmara de Aveiro preside à Comissão Instaladora, as Câmaras de Mira, Ovar, são membros da Comissão Instaladora; entretanto tentou-se fazer eleições com vista à eleição do seu Presidente, porém não foi possível efectuar estas eleições. Prosseguindo e a propósito da sugestão do Vogal Manuel António, que considerou bom que a Câmara de Aveiro liderasse esta Associação, o Presidente da Câmara, manifestou uma certa surpresa, na medida em que tal sugestão vinda da banca-da do P.S.D., é surpreendente e não querendo especular sobre isto, a verdade é que na última reunião desta Associação, deparou-se com uma estratégia do P.S.D. de requerimentos à Mesa, mal a reunião tinha começado - votação - eleição do Presidente, importava eleger um Presidente do P.S.D., sem se discutir quantos membros vão para o Conselho de Administrativo, quem é que fica a Secretariar a Mesa etc., na estratégia daquele partido importava eleger um Presidente afecto ao mesmo. Tudo bem, admitiu o Presidente da Câmara - as Câmaras do P.S.D., são maioria, é pois legítima esta aspiração, no entanto, não da forma como foi feito, pois considerou que se a última reunião dos Municípios da Ria, começasse daquela forma indecorosa, éticamente incorrecta, politicamente autoritária, discricionária e prepotente, a Associação tinha morrido naquele dia! entretanto aderiu Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha, porém foi recusada pura e simplesmente a participação destes dois Municípios, o que considerou uma forma incorrecta de começar a Associação; finalmente prevaleceu o bom senso e o futuro Presidente da Associação, que vai ser do P.S.D., para tranquilidade dos militantes deste partido, será o Snr. Guedes da Costa, Presidente da Câmara de Ovar. Entretanto fez-se um esforço no sentido de tentar um consenso para que a Associação funcione, pois daquela forma era impossível trabalhar. Esclareceu que a Câmara de Aveiro, não ficará Presidente da Associação de Municípios, porém exige que fique no Conselho de Administrativo da Associação; reputou também de fundamental que uma Associação do género nasça em consenso e com espírito de equipa, tendendo em vista concretizar os objectivos que se propõe levar a cabo. Referiu ainda estar profundamente convicto que a Associação de Municípios da Ria, irá ter um papel importante na defesa dos problemas inerentes às zonas ribeirinhas, abrangidas pelos Municípios que as integram.

No que se refere ao Plano de Actividades, admitiu que o mesmo está um pouco parado, facto que resulta também

de algumas dificuldades de Tesouraria; está-se a tentar concluir algumas obras que estão em curso, está-se também a fazer um esforço no sentido de pagar o mais atempadamente possível aos empreiteiros, a habitação rural também está parada, não por culpa da Câmara, mas porque há organismos a ela ligada, concretamente I.N.H. e IGAPHE, que estão com dificuldades financeiras. Salientou também que neste momento o passivo com a EDIFER, relativamente ao empreendimento de Santiago, ascende a qualquer coisa como quatrocentos mil contos; surgiu também entretanto uma situação nova e da qual o Presidente deu conta, e que se prende com o facto de ter falecido o Administrador da Edifer, homem chave em todo o problema do empreendimento de Santiago, o que veio complicar muito o relacionamento Edifer/Câmara de Aveiro/Institutos, e que portanto será mais uma dificuldade que a Câmara terá que ultrapassar, referindo porém que os atrasos derivam fundamentalmente de dificuldades financeiras quer do IGAPHE, que tem verbas do Orçamento do estado, quer do I.N.H., que tem autonomia financeira, mas não tem verbas.

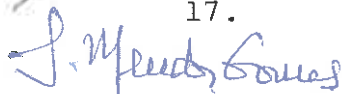
No que se refere à questão suscitada sobre a superintendência relativamente à Ria, na qual os Municípios têm um papel menor, considerou isto um problema importante e típico em Aveiro, dado que de facto quem tem jurisdição sobre a Ria é a J.A.P.A., limitando-se a Câmara a ver passar as situações. É um assunto que deve ser debatido, mas a verdade é de facto esta.

Relativamente ao Clube dos Galitos, informou que este Clube possui terreno, propriedade do Clube, foi feita a escritura do mesmo, neste momento o Clube é proprietário de um terreno em Santiago; neste momento está-se a tentar sair de uma situação que é esta - tem-se um Pavilhão, cujo custo rondará os quatrocentos mil contos e do Orçamento do Estado, tem-se, não 90 mil contos, mas 60 mil contos, o que levanta o problema em relação à cobertura do diferencial entre este valor e o custo total da obra. Salientou porém, que entretanto surgiu uma situação nova, e que é o projecto de um grande Pavilhão do INATEL. Este organismo tem dinheiro para fazer um grande Pavilhão em Avéiro. Neste momento depara-se a possibilidade de se celebrar um acordo entre o INATEL, CLUBE DOS GALITOS, satisfazendo a justíssima pretensão deste Clube a ter um Pavilhão, a própria Câmara e a D.G. de Desportos e eventualmente a Universidade, de



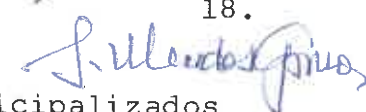


17.



elaborarem como que um contrato programa entre estas entidades, no sentido de se atingirem todos os objectivos - um Pavilhão para o Galitos, um Pavilhão para o INATEL, e o Pavilhão do Inatel, que fosse eventualmente o Pavilhão de cariz Municipal. Está-se a tentar dialogar com estas entidades todas e relativamente à Direcção do Clube do Galitos, tem abordado várias vezes este problema: o Galitos não tem esta obra incluída em PIDAC, poderá vir a tê-la incluída em PIDAC, em 1991 e a Câmara tem feito diligências nesse sentido, bem como a Direcção do Clube. Portanto 91, será o ano definitivo e decisivo de conjugar este conjunto de interesses. Pode acontecer porém que o Pavilhão do Galitos, não seja de facto aquele que estava previsto naquele terreno, aproveitando aqui para abrir um parenteses e elogiar a Direcção do Galitos, que considera que tem sido extremamente aberta à hipótese, que seria encontrar eventualmente outro terreno onde o INATEL pudesse pôr em prática aquele projecto que era do Galitos, que é um grande projecto, e se fizesse um acordo com aquele Clube, no sentido de que todos os Clubes da cidade, também utilizassem este Pavilhão, e eventualmente a D.G. de Desportos, poderia ceder o Pavilhão Gimnodesportivo e a Piscina do Liceu ao Clube dos Galitos. Há que encetar conversações com o INATEL, para discutir todas estas situações e que são ao fim e ao cabo no interesse de todos. Prosseguindo, não garantiu que o Galitos possa pôr de pé o Pavilhão que tem em projecto, cujo custo andarà na ordem dos quatrocentos mil contos, dificuldade que a própria Direcção do Clube reconhece, dado que não vislumbram onde ir buscar os meios financeiros para a conclusão da obra, daí o negociar soluções que satisfaçam as partes envolvidas.

Relativamente ao problema da água, disse tratar-se de um problema sério, o consumo tem vindo a aumentar para índices elevadíssimos, ultrapassou todas as previsões feitas pela empresa "Sanáqua". Em Abril deste ano atingiu-se um pico de longe superior ao pico do mês de Junho do ano transacto; considerou tratar-se de um problema que se agudiza, a Câmara está fortemente empenhada na sua solução, tomou já algumas medidas, nomeadamente está já a fazer algumas reduções no consumo, baixando a pressão, mas de uma maneira geral todas as pessoas têm tido água; porém reconheceu também que há de facto algumas situações localizadas, em que de facto a água não chega lá. Referiu como medidas concretas para fazer face a esta



situação, a elaboração de um Plano nos S. Municipalizados, cuja validade ultrapassa o ano de 91 e que terá origem nas novas captações de Mamodeiro; deu nota de enormes dificuldades no equipamento deste furo em Mamodeiro, cujo funcionamento está previsto já para a próxima semana e que debita um caudal de água diário na ordem de um milhão de litros. está também adjudicado um segundo furo no lugar da Granja, foi feito também um estudo para aproveitamento da conduta que vai de Mamodeiro à Granja de Baixo, passando por Oliveirinha e simultâneamente fez-se uma adutora distribuidora, para abastecer uma zona que ainda não estava abastecida, o custo total deste trabalho importou em 80 mil contos; informou ainda que ao longo desta conduta, proceder-se-á à abertura de mais três furos, se as previsões do Instituto de Hidrologia, estiverem correctas, estes quatro furos produzirão na ordem de milhões de hectolitros/dia, e isto consequentemente permitirá, solucionar o problema da água até à conclusão do complexo hídrico do Carvoeiro.

Relativamente às percentagens indicadas pelo Vogal Manuel António, esclareceu que as mesmas se reportam ao censo de 81 e são sobretudo resultantes de um estudo efectuado pela C.G. de Depósitos, em 83, e que aponta de facto para aquelas percentagens. Assim a percentagem de 65% no que se refere ao abastecimento de água está perfeitamente ultrapassada, neste momento o concelho de Aveiro, tem um abastecimento de água da ordem dos 90%. Relativamente ao Saneamento, disse presumir que hoje aquelas percentagens estão já ultrapassadas, em consequência das últimas empreitadas de Vilar, Bonsucesso, Aradas e Cacia, cuja percentagem aponta hoje para 58%, de acordo com dados fornecidos pelos S. Municipalizados. Prossequindo, salientou que o concelho de Aveiro é apesar de tudo a nível de distrito o concelho com maior cobertura a nível de Saneamento. Disse também existirem concelhos no distrito de Aveiro, que têm somente 2% de cobertura de saneamento, sendo surpreendente que Bragança por exemplo tenha na ordem dos 87% de água e 60% de saneamento, que Viseu tenha 72% de cobertura distrital de saneamento; as pequenas aldeias do interior têm saneamento graças ao Plano Alemão no âmbito da política da interioridade e dos seus custos, que se traduziu em apoios financeiros quer Alemães, quer Americanos, que canalizaram para o interior todo este capital, do qual resultou saneamento em aldeias que não necessitavam efec-

Aveiro

19.

J. Mendes Gomes

tivamente desse saneamento; por outro lado esqueceram-se das necessidades do litoral, e não sòmente o caso de Aveiro, mas de todo aquele cordão litoral, onde estão os graves problemas sociais, de habitação, de saneamento, de abastecimento de água, e que são ao fim e ao cabo os custos da litoralidade, os quais em tempo teve já oportunidade de alertar - falava-se muito na interioridade, quando a litoralidade tem problemas muito mais graves. Posteriormente veio o ENVIREG, reconheceu-se de facto que o litoral tinha problemas e a própria Comunidade Europeia, reconheceu que os problemas na Europa do Sul, estão no litoral e não no interior a este nível. Daí ter vindo um fundo comunitário que se destina a concelhos com um cordão litoral de dez quilómetros de mar - é portanto o reconhecimento dos tais custos da litoralidade. E aqui a Associação de Municípios da Ria, recentemente criada pode ter um papel importante na captação destes fundos e resolverem-se consequentemente todos estes problemas.

Relativamente à Exponor 2, referiu que se ainda for possível inverter a situação e trazer a construção do Pavilhão de Exposições para Aveiro, pois a Câmara de Aveiro e a Assembleia Municipal, redobrarão esforços no sentido do Pólo 2 da Exponor, seja colocado em Aveiro.

No que se refere à Estação de Tratamento da Zona Industrial de Mamodeiro, informou que está prevista a construção da referida estação, para fazer face às necessidades desta mini zona industrial.

Relativamente à Limpeza da cidade, admitiu existirem problemas, no entanto fez questão de transmitir à Assembleia dois testemunhos que reputou de bastante positivos os quais foram recentemente também confirmados pelos correspondentes estrangeiros acreditados em Portugal, e dos aspectos mais positivos que eles referiram foi a limpeza da cidade e o crescimento ordenado da mesma.

Seguidamente e referindo-se ao GRIA, disse haver uma óptima colaboração entre este Gabinete e a Câmara Municipal, e considerou incorrectas as notícias publicadas na Imprensa.

Finalmente e relativamente aos problemas ocorridos no Monte de Eixo e que foram levantados pelo Vogal Joa-

quim Abreu, considerou tratar-se de um problema de Tribunal e como tal uma questão que terá que ser dirimida no âmbito do Direito Civil.

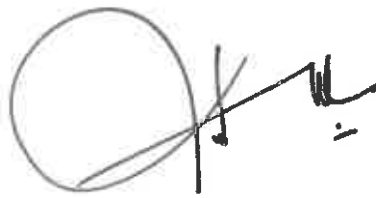
Usou seguidamente da palavra o Vereador Martinho Pereira para abordar problemas relativos a trânsito. Começando por informar, que mensalmente tem reunido sem qualquer falha, a Comissão de trânsito. Referiu que a mesma está tremendamente empenhada na resolução dos vários problemas de trânsito de Aveiro, tem trabalhado com afinco, resultando deste trabalho, material enviado à Câmara Municipal, no sentido de tomar as deliberações que se impõem de acordo com as necessidades de trânsito citadino. No que se refere ao problema de estacionamento junto à P.S.P., referiu que o mesmo já foi abordado na Comissão Consultiva de Trânsito, e esclareceu que o espaço em causa não é património do Município, mas está-se a diligenciar no sentido não só de permitir mais entradas, como também se prevê a regularização do pavimento e ordenamento do trânsito. Relativamente ao desvio da estrada da Gafanha, disse que o problema se insere no âmbito da jurisdição da J.A.E., não podendo a Câmara ter aí uma intervenção activa, poderá quando muito officiar à J.A.E., alertando-a no sentido de adoptar medidas com vista a uma melhor funcionalidade.

No que diz respeito ao cruzamento do Parque, informou que o mesmo será futuramente semaforizado, no entanto considerou que com as alterações introduzidas na sinalização, o mesmo ficou mais funcional. Finalmente e referindo-se às viaturas degradadas, informou que elaborou um impresso para ser distribuído à Fiscalização Municipal, no sentido de serem removidas todas as viaturas abandonadas, bem como roullotes. Este impresso servirá para serem anotadas todas as viaturas que se encontram abandonadas. Salientou no entanto que o grande problema que se coloca à Câmara é a falta de um espaço guardado para recolha destas viaturas, que considera de facto darem um mau aspecto.

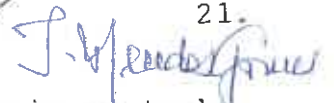
Neste momento saíram da Sala os Vogais Ferreira da Silva, Victor Martins e Martins de Carvalho.

Neste momento também e por necessidade de se ausentar deixou de Secretariar a Mesa, o Primeiro Secretário, Luís Mendes Gomes, tendo sido substituído nestas funções pelo Vogal Carlos Neves.

Seguidamente o Vogal Custódio Ramos, fez



21.



a seguinte proposta: " a Mesa e muito bem, conduziu os trabalhos em ordem a que tenhamos que nos pronunciar sobre o Ponto nº 2, da Agenda de Trabalhos; dado o adiantado da hora e se tivéssemos a concordância do Snr. Presidente da Câmara e da Assembleia, a Comunicação do Snr. Presidente da Câmara, ficaria adiada para a próxima sessão, pois de outro modo a reunião terminará muito tarde".

Seguidamente o Presidente da Assembleia, consultou o Presidente da Câmara e a própria Assembleia à cerca da sugestão apresentada, não se tendo levantado qualquer tipo de objecção à proposta apresentada.

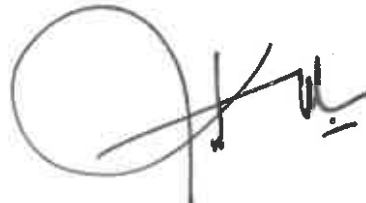


Continuando no uso da palavra o Presidente da Assembleia, submeteu à votação a ACTA Nº 5, tendo esta merecido aprovação por vinte e três votos a favor e duas abstenções.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à apreciação da ordem de trabalhos:

#### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO Nº 2 - ADESÃO A UMA SOCIEDADE ANÓNIMA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS.

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 07.05.90.: - "ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO DE GÁS: - No seguimento da deliberação já tomada na reunião de 12 de Fevereiro, último, a Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o teor do protocolo relativo à constituição de uma Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, cuja principal accionista é a NACIONALGÁS e, por conseguinte, aderir à referida Sociedade com uma percentagem de 0,5% sobre o respectivo capital social, ou seja, com quinhentos mil escudos".



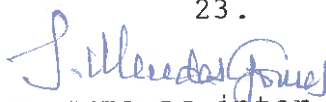
   
  
Usou da palavra o Presidente da Câmara para fazer apresentação da referida proposta de acordo com os documentos distribuídos.

Visa a referida proposta criar uma empresa Regional para a distribuição de gás, a qual será integrada posteriormente numa rede a nível Nacional; com esta finalidade propõe-se que a Câmara Municipal de Aveiro, participe com 0,5%, correspondendo esta percentagem a um capital social de 500 contos. Todas as Câmaras do distrito de uma maneira geral participaram, a empresa considera que as Câmaras são importantes neste processo, na medida em que têm um papel importante a desempenhar ao nível das infraestruturas, quando se proceder como se prevê à distribuição do gás natural.

Em linhas gerais é esta a proposta que se submete à consideração da Assembleia Municipal, para que dê o seu aval.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Celso Gomes, que começou por salientar que a sua bancada estará concerteza em pleno acordo com a formação de um Sociedade, que assegure a distribuição de gás, dado tratar-se de um benefício importante para as populações. No entanto e relativamente ao Protocolo de intenções, manifestou o desejo de pôr algumas interrogações, nomeadamente quanto ao facto de se tratar de uma Sociedade muitíssimo jovem, consequentemente a experiência no ramo é relativamente pequena para uma pretensão tão extensa. Futuramente e está já aprovado, o País irá ser dotado de uma rede de distribuição de um gás diferente, que ser-a o gás natural; e a pergunta que se coloca é quanto à compatibilização desta rede instalada por esta Sociedade e a Rede do gás natural que futuramente irá existir e a quem será atribuída a sua concessão? dado que este protocolo refere "que esta Sociedade, em tempo oportuno assegurará a utilização das redes a instalar, para a distribuição de gás natural" mas logo abaixo no ponto 5, diz que "prontifica-se a Sociedade a não participar sobre qualquer forma em empresas ou acordos complementares de empresas constituídas ou a constituir que se proponham concorrer à concessão da distribuição de gás na região de Aveiro".

Pretendeu também informação relativamente ao número de Câmaras Municipais, que vão participar nesta Sociedade. Por outro lado referiu ainda que, fica-se sem saber quais as Câmaras que eventualmente vão participar no Conselho de Admi-

   
  
nistracção da Sociedade em causa, sendo estas em suma as inter-  
rogações que coloca. A terminar salientou que a instalação de  
uma rede de gás ao domicílio é muitíssimo bom para a população  
do distrito de Aveiro.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, que começou por salientar o facto da proposta em apreço ao contrário do que é habitual, vem de facto bem fundamentada, tendo a complementá-la um anexo, que esclarece eventuais dúvidas. Prosseguindo, considerou demasiado simbólico a percentagem de 0,5%, dado que no projecto de estatutos se diz que cada vinte acções dá direito a um voto. Significa isto que, se o 0,5% não se traduzir em vinte acções, a Câmara de Aveiro, nem sequer terá direito a um voto. Considerou que importa de facto que a Câmara de Aveiro, tenha voto e que esse voto não fosse isolado; isto é que houvesse depois uma concertação com as demais Câmaras que aderirem à Sociedade, no sentido de defenderem os interesses dos consumidores, sejam eles de Aveiro ou de outros concelhos limítrofes.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Vitor Mangerão, que referiu que em relação a este projecto, deve o mesmo ser enquadrado no contexto geral, que neste momento se está a regulamentar em termos de legislação a nível de Estado, da criação de empresas distribuidoras de gás; estando este enquadramento praticamente feito, inclusivé a implantação do gasoduto já está também definida, entrando-se neste momento na fase dos concursos, estes irão ser efectuados por Regiões e não por distritos, esta empresa, irá ter que se juntar a mais outras duas empresas que cobrem a área de Coimbra e Leiria, para em grupo assumirem a distribuição na Região Centro. Estamos portanto perante um problema, primeiro que exige uma investimento de capital avultado, por sua vez trata-se de um investimento feito em termos futuros, tendo em vista uma alta rentabilidade e que começa por uma fase de instalações de distribuição que terão a sua rentabilidade desde já, pois não vai estar à espera do gasoduto propriamente dito, uma vez que este vai demorar ainda alguns anos; portanto esta rede começará já a trabalhar e a ter aplicação não ao nível do consumidor doméstico, pois isso implicaria redes de subdistribuição, mas ao nível da indústria já numa primeira fase e ainda antes de vir o gás natural; começa já a funcionar com gás propanado assim que as instalações estejam feitas. Assim e quando vier o gás natural,

será fácil fazer alterações, só de pormenor, uma vez que as instalações existentes servem perfeitamente, de acordo com a opinião dos técnicos.

Considerou finalmente que a importância das Câmaras, num processo destes é essencialmente a nível institucional, como representantes dos interesses gerais dos concelhos a estarem presentes dentro destas estruturas, a exemplo daquilo que é prática corrente nos outros países.

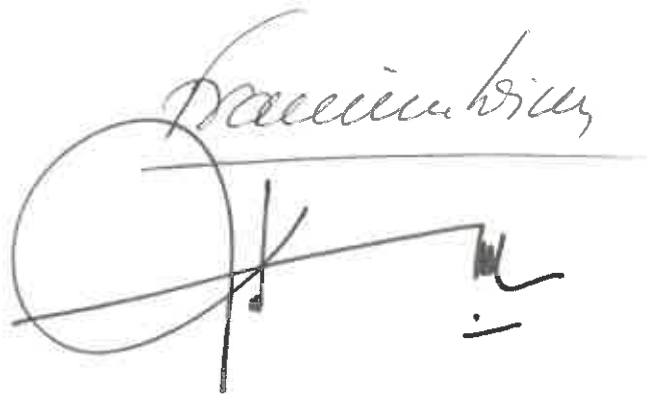
Seguiu-se uma breve troca de impressões posto o que, o Presidente da Mesa, submeteu o assunto à votação da Assembleia, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Dado o adiantado da hora o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,30 Horas do dia 30.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

*Traciumbica*



*J. M. Fernandes Gomes*